
Precedência da questão nacional

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado, RJ 04/05/2018



Às vésperas de eleição que devemos exigir, mesmo desfigurada pela mídia hegemônica, antinacional e golpista, é importante colocarmos prioridades nas nossas reivindicações.

Professores, há mais de meio século, em meu curso de administração, sempre enfatizaram que os objetivos, claramente definidos e hierarquicamente organizados, constituíam o primeiro e fundamental passo para o sucesso empresarial.

São tantos os problemas, tantas as carências, tão grandes penúrias no cotidiano da maioria absoluta da população brasileira que é mais fácil nos perdermos nas aflições do que nos disciplinarmos para encontrar soluções.

Nem pretendo estar com a verdade e muito menos ensinar a quem quer que seja. Apenas ponho em questão a hierarquia dos temas que a mim parece, hoje, mais adequada ao enfrentamento do poderoso inimigo – sistema financeiro internacional, que denomino abreviadamente "banca". Qual seu grande oponente? O Estado Nacional Soberano.

E nem por outro qualquer motivo, destruiu Estados: Iraque, Líbia, Afeganistão, Ucrânia, tenta na Síria e na Venezuela. Poderia, como antigos colonizadores, colocar títeres nos governos (o que aconteceu no Irã e por quase toda América Latina e Caribe) e se apropriar das riquezas nacionais. Mas a banca optou pela destruição dos Estados Nacionais, pelo retorno nem à Idade Média, mas a dispersão tribal, modo mais fácil de reduzir a população mundial, um de seus objetivos mais cruéis.

Não tenho dúvida que a descoberta do pré-sal trouxe o golpe de 2016, os olhos da banca para o Brasil. E encontrou aqui um terreno fértil, uma burguesia ou classe média, como queiram, que não tem um pingão de nacionalismo. Ao contrário, enaltece o estrangeiro e desmerece o nacional. Já foi diversas vezes a Miami ou a Lisboa, a Paris e nenhuma ao Amazonas, ao Pantanal Mato-grossense, às Cataratas do Iguaçu, à Chapada Diamantina.

É um tema vasto, mas tentarei colocá-lo em único artigo.

Não vai aqui qualquer crítica, pois leio e muito aprendo nos artigos, ensaios, substantivos trabalhos de economistas, professores, jornalistas a respeito do desenvolvimento brasileiro. Demonstram, com consistência, medidas que nos tirariam da crise econômica, da recessão, do desemprego. Penso apenas que, se forem exitosas, nos conduzirão para mais um golpe.

Golpes que podem ser violentos, com mortes, torturas, frios assassinatos, ou, com todas estas mazelas, mas brotando de artifícios jurídicos, compra de parlamentares, sempre com apoio e propaganda da mídia. Também não podemos esquecer que, desde 1945, todos tiveram a colaboração financeira, estratégica e até operacional de potências e interesses estrangeiros.

Golpe também eleitoral, como o sistema Globo aplicou para eleger Fernando Collor e Fernando Cardoso.

Enfim, o sucesso na solução de problemas brasileiros – da industrialização, do desenvolvimento tecnológico, das três refeições diárias – acabaram em golpes. Getúlio, Geisel e Lula ilustram as variedades golpistas.

Parto desta história nacional, da permanente situação colonial do Brasil, que alimenta a minoria detentora de bens, possuidora das mídias televisivas

e radiofônicas, dos bancos e financeiras, de terras e das empresas exportadoras, e suas íntimas ligações com os colonizadores, para propor o projeto mais radical: a Independência do Brasil.

É a precedência da questão nacional.

Precisaríamos, de início e aproveitando a eleição vindoura, constituir maioria nacionalista. Embora com otimismo, penso ser possível aglutinar sob o título de Movimento pela Soberania Brasileira, ou qualquer similar, parlamentares e, desde já, candidatos de diversos partidos.

A primeira e fundamental iniciativa seria constituir, pelo voto, a constituinte exclusiva, já calejada com os retrocessos da Constituição de 1988, para escrever a Constituição Soberana e Cidadã.

Quais pontos seriam fundamentais?

Tendo consciência da possante oposição da banca, nesta Constituição conteria, sem necessidade de regulação, para imediata aplicação, a auditoria da dívida brasileira e a estatização do sistema financeiro.

Se o caro leitor considera inatingível, leia o que o nada estatizante Jornal do Brasil (JB) escreveu neste primeiro mês do renascimento. São apenas seis famílias, uma única estrangeira, detentoras do controle acionário dos grandes bancos no Brasil. Estou considerando, como o JB, o Santander, banco espanhol, que a única medida, genérica, restritiva ao controle estrangeiro, o eliminaria.

Pense, atilado amigo leitor, quantas pessoas sairiam à rua para defender as famílias Setubal, Villela e Moreira Salles, proprietárias do Itaú? Quantas para defender as herdeiras de Amador Aguiar, do Bradesco, ou o senhor Joseph Safra, do banco que leva seu nome?

Claro que o Globo, a Bandeirante, a Record, o Sílvio Santos tentariam levantar a população para se opor. Mas são concessões públicas que podem ser revogadas agora, já, hoje, e só a covardia ou a ingenuidade ou a corrupção as mantêm poderosas.

Sem mídias e sem dinheiro em mãos antinacionais ficará mais fácil conquistar nossa Independência.

Mas este partido ou movimento pela Soberania e pela Cidadania ou Nacionalista Brasileiro pode avançar ainda mais, dificultando a ação golpista. Penso na reforma institucional, com ideologia e características nacionais, não mais cópias de modelos estrangeiros.

José Ortega y Gasset (1883-1955), pensador conservador espanhol, em conferência publicada com título "Missão da Universidade" (1930,) faz duas afirmações importantes: "reforma é sempre criação de usos novos" e "busque-se no estrangeiro informação, nunca modelo".

A Soberania será uma novidade para o povo brasileiro. Assim, precisa se assentar em base sólida, pois há mais de 500 anos somos vítimas da pedagogia colonial. Tratemos, então, de construir a pedagogia da soberania, a pedagogia da liberdade. Ela é fundamental para a construção da cidadania.

E, apesar das imitações, cópias mal feitas de europeus e estadunidenses, no Brasil, desde o Império, tivemos pedagogos a altura de seu tempo e com visão nacionalista. Para não cansá-los em citações ficarei apenas com Anísio Teixeira e Paulo Freire, que desenvolveram as bases para pedagogia nacional, crítica, libertadora.

Outro princípio basilar será o poder exercido apenas pelo voto direto. Não há sentido, que não seja da cópia imprópria de ideologia alienígena, misturar no poder a manifestação popular com a eventual meritocracia.

O judiciário não pode ser um poder constitucional, como não o são as forças armadas ou a diplomacia e ou a fiscalização tributária.

Todas estas atividades, de indiscutível importância, estarão subordinadas ao poder pelo voto. Sem dogmatismo, mas com o caráter de exemplo, teríamos o poder do executivo, com os vices eleitos individualmente, como já ocorreu no Brasil, e o do legislativo, também sem chapa de senadores, mas tanto titular quanto suplente, escolhidos pelo voto popular. O mesmo ocorrendo em todas as unidades em que se divida a administração brasileira.

Já escrevi, em várias oportunidades, sobre a construção da cidadania. Não é uma receita, considero uma questão em debate, e esta constituinte terá a oportunidade de debater e detalhar o modelo institucional para construção da soberania, como para a gestão da moeda e das finanças nacionais, e da cidadania.

Acaso estas instituições impediriam novos golpes? Certamente não. É o povo consciente de sua nacionalidade e de sua cidadania que impede golpes. E o processo excluirá, necessariamente os escravistas, autoritários, inimigos do povo, agentes estrangeiros.

É um bom momento para leitura ou releitura de excelente romance e não menos atraente livro de história. São as "informações" de que trata Gasset. Tenho em mente o romance de Charles Dickens, "Um conto de duas cidades" (*A Tale of Two Cities*) e de Thomas Carlyle, "História da Revolução Francesa" (*History of the French Revolution*).

Deste último transcrevo:

"... combater bem é uma espécie de honra, como o é quando se combate na devida oportunidade; como não há de ser aqui, onde se tem

combatido bem, talvez melhor do que nunca, na devida oportunidade?

Estes filhos da república ergueram-se em cólera louca para salvar (a nação) da escravidão e do tenebroso (cimério). E não a salvaram? ...

Impetuosos como o fogo, têm ostentado a sua tricolor perante as faces de todos seus inimigos; ondeando vitoriosa, alada de raiva, por sobre alturas escarpadas, por sobre baterias de canhões. A coligação cimeriana dos déspotas recua, ferida de assombro e de estranhos temores".

Fonte:

<http://www.frentepelasoberania.com.br/politica/precedencia-da-questao-nacional/>

